

ATIVIDADE: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.

LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO (LAR).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Planta de localização

Em cópias do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:

- a) Coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos), em SIRGAS2000;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;
- c) Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- d) Corpos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
- e) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.

10 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

11 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

12 – Definição do uso futuro para a área em questão.

13 – Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)

De acordo com o uso futuro, justificar o projeto da conformação final, contendo minimamente:

- a) Estabilidade;
- b) Controle de erosão e drenagem;
- c) Adequação paisagística; e
- d) Revegetação com predominância de espécies nativas locais (definindo sistema de plantio, manejo das plantas e solo, manutenção, cronograma etc.).

Em caso de pilha de estéril e barragens de rejeitos, deve-se adequar à conformação topográfica e paisagística local, caso haja corte e aterro, cálculo do volume de cada, informando o local de disposição ou a jazida de fornecimento.

14 – Planta em detalhe do atual estado da frente de lavra

Em escala máxima de 1:15000 e escala mínima de 1:5000 (DATUM SIRGAS2000 - UTM).

O empreendedor deverá utilizar a escala mais adequada para a sua atividade.

15 – Planta em detalhe do estado da frente de lavra após a recuperação

Em escala máxima de 1:15000 e escala mínima de 1:5000 (DATUM SIRGAS2000 - UTM).

O empreendedor deverá utilizar a escala mais adequada para a sua atividade.

16 – Planta de situação

Na escala 1:50000 (DATUM SIRGAS2000 - UTM).

17 – ART do responsável pela confecção do PRAD.

18 – ART do responsável pela execução do projeto.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.